



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 59, DE 2021**

**(Do Sr. Covatti Filho)**

Dispensa a aplicação de multas e de outras penas previstas na legislação eleitoral ao eleitor que deixou de votar e ao membro de mesa receptora que não compareceu ao local de votação durante as eleições de 2020.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-4469/2020.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispensa a aplicação de multas e de outras penas previstas na legislação eleitoral ao eleitor que deixou de votar e ao membro de mesa receptora que não compareceu ao local de votação durante as eleições de 2020.

Art. 2º Fica dispensada a aplicação de multas e de outras penas previstas na legislação eleitoral:

I – ao eleitor que deixou de votar e não se justificou perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização das eleições de 2020;

II – ao membro de mesa receptora que não compareceu no local, em dia e hora determinados para a realização de eleição, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização das eleições de 2020.

Parágrafo único. A dispensa prevista neste artigo estende-se a todos os processos pendentes de julgamento definitivo na data de publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Este Projeto de Lei objetiva isentar os eleitores que não votaram nas eleições de 2020 da sanção pecuniária prevista regularmente nos artigos 6º e 7º do Código Eleitoral. Ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões abaixo expostas, impede a aplicação de pena criminal, estabelecida no art. 344 do Código Eleitoral, aos que não compareceram ou abandonaram o serviço eleitoral a que foram convocados pela Justiça Eleitoral, em ambos os turnos desse pleito de 2020. Por oportuno, cumpre informar que o projeto respeita a ocorrência de trânsito em julgado eventualmente já existente à data da publicação desta nova legislação.

Não há uma razão plausível que não recomende ao Estado anistiar as hipóteses aqui mencionadas. Ao contrário, a pandemia pelo Covid-19 é razão mais do que relevante a indicar que a aprovação do projeto respeitará a vontade da cidadania, que é o direito que as pessoas têm de receber algo do Estado. Ao mesmo tempo, estimulará o civismo para as eleições subsequentes, que é o direito que o Estado tem de esperar algo do agrupamento social.

O mundo todo, há quase um ano, está sob os perigos dessa pandemia, tragédia essa que nesse período já contaminou e vitimou milhões de pessoas em todos os continentes. Só no Brasil, os dados indicativos da pior catástrofe sanitária desde o início do séc. XX já apontam para os índices alarmantes de mais de

6 milhões de contaminados e mais de 170.000 vítimas fatais.

Para tentar contornar essa assombrosa realidade, minimizando ao máximo os riscos pela exposição pública das pessoas, as eleições municipais de 2020 foram adiadas para 15 e 29 de novembro, primeiro e segundo turno, respectivamente. As datas originalmente previstas eram 04 e 25 de outubro desse ano. Sem embargo, e com o mesmo propósito, o TSE cansativamente fez divulgar sua estratégia de medidas sanitárias preventivas, tomadas para afastar ou diminuir o temor da ida de quase 148 milhões de eleitores às urnas, já antecipadamente prevendo altos índices de abstenção. Esses esforços, contudo, resultaram, senão inúteis, com pouca força de convencimento. O temor remanescente do vírus se sobrepôs ao medo da multa ou pena criminal pelo não-atendimento aos apelos da lei e da Justiça Eleitoral.

Comparativamente a pleitos anteriores, as eleições municipais de 2020 exibiram índices de abstenção nunca constatados: 23,14% no pleito da pandemia; 20,33% nas eleições presidenciais de 2018 e de 17,58 % nas eleições municipais de 2016. Os grandes colégios eleitorais de São Paulo e Rio de Janeiro apontaram abstenção de 27,30% e 28,00%, respectivamente. Só na capital do Rio Grande do Sul, mais de 358.000 eleitores não compareceram para votar, o que aponta o índice de abstenção de 33,08% do contingente legalmente apto ao exercício do poder de sufrágio.

No primeiro turno dessas eleições, mais de 34 milhões de eleitores deixaram de votar em todo o País.

Registre-se, ainda, que excluía a presença assustadora do Covid-19 enquanto óbice para o cumprimento do direito/dever de votar, as eleições de 2020 foram realizadas em clima de absoluta segurança no que concerne ao cumprimento da lei e observância da ordem; e em condições atmosféricas aprazíveis, próprias de um País tropical com clima costumeiramente sem maiores variações ou percalços. Em outras palavras, não fosse o Covid-19, nada impediria o comparecimento de um número maior de eleitores às urnas no pleito de 2020.

Pode-se dizer, assim, que a pandemia decorrente do Covid-19 foi a grande e determinante causa pelo não-comparecimento desse expressivo número de eleitores às urnas. Como ele é causa eficiente dessa ausência, é, ao mesmo tempo, justa causa idônea o bastante a afastar a necessidade de sanção pecuniária, ou pena criminal, a esses milhões de brasileiros que renunciaram ao poder de sufrágio.

Adicionalmente, convém gizar que o projeto evitará que milhões de eleitores tenham que formalizar processos administrativos para justificar a ausência

ao voto, na grande maioria com argumentos idênticos, abarrotando a Justiça Eleitoral em todo o País. Modo similar, o Estado, sem razão plausível no mérito, já que a pandemia é alegação imbatível enquanto versão exculpatória a elidir a responsabilidade penal de eleitor faltoso, estará dispensado de gastos e encargos outros na formalização de centenas – quiçá milhares – de processos criminais na injusta busca de responsabilidade inexistente pela ausência a serviço eleitoral que, sem maiores contratempos, já foi realizado com sucesso.

Finalmente, diga-se que da leitura do projeto, que não padece de vício de inconstitucionalidade, sequer de ilegalidade, ressalta evidente a oportunidade e conveniência da concessão dessa anistia pelo Poder Legislativo, razões que recomendam a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 2021.

Deputado COVATTI FILHO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965**

Institui o Código Eleitoral.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, *caput*, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

**PARTE PRIMEIRA**

**INTRODUÇÃO**

Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

I - quanto ao alistamento:

- a) os inválidos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os que se encontrem fora do País;

II - quanto ao voto:

- a) os enfermos;
- b) os que se encontrem fora do seu domicílio;
- c) os funcionários civis e os militares, em serviço que os impossibilite de votar.

Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até

trinta dias após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 4.961, de 4/5/1966*)

§1º Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

I - inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II - receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou paraestatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

III - participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

IV - obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

V - obter passaporte ou carteira de identidade;

VI - renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;

VII - praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda.

§2º Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 (dezoito) anos, salvo os excetuados nos artigos 5º e 6º, número I, sem prova de estarem alistados não poderão praticar os atos relacionados no parágrafo anterior.

§3º Realizado o alistamento eleitoral pelo processo eletrônico de dados, será cancelada a inscrição do eleitor que não votar em 3 (três) eleições consecutivas, não pagar a multa ou não se justificar no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da última eleição a que deveria ter comparecido. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 7.663, de 27/5/1988*)

§ 4º O disposto no inciso V do § 1º não se aplica ao eleitor no exterior que requeira novo passaporte para identificação e retorno ao Brasil. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015*)

Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até os 19 (dezenove) anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o valor do salário mínimo da região, imposta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de selo federal inutilizado no próprio requerimento. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 4.961, de 4/5/1966*)

Parágrafo único. Não se aplicará a pena ao não alistado que requerer sua inscrição eleitoral até o centésimo primeiro dia anterior à eleição subsequente à data em que completar dezenove anos. (*Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.041, de 9/5/1995, publicada no DO de 10/5/1995, em vigor 45 dias após a publicação*)

## TÍTULO IV DISPOSIÇÕES PENAIAS

### CAPÍTULO II DOS CRIMES ELEITORAIS

.....

Art. 344. Recusar ou abandonar o serviço eleitoral sem justa causa:  
Pena - detenção até dois meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.

Art. 345. Não cumprir a autoridade judiciária, ou qualquer funcionário dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por este Código, se a infração não estiver sujeita a outra penalidade:

Pena - pagamento de trinta a noventa dias-multa. [\*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 4.961, de 4/5/1966\)\*](#)

.....

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------